

Câmara de SP aprova 280 projetos no 1º semestre

Balanço reúne leis, CPIs e ampliação de serviços ao cidadão da capital

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo encerrou o primeiro semestre de 2026 com a aprovação de 280 projetos de lei, o maior volume registrado para o período nos últimos anos. Desse total, 166 propostas foram aprovadas em primeira votação e ainda dependem de nova análise em plenário, enquanto outras 114 concluíram toda a tramitação legislativa. Os números consideram apenas projetos de lei e não incluem outras proposições, como projetos de decreto legislativo.

NOVAS LEIS

Durante os seis primeiros meses do ano, também foram promulgadas 132 novas leis no município, sendo 126 de autoria de vereadores. Entre as normas aprovadas estão medidas voltadas às áreas de saúde, mobilidade urbana, proteção animal e enfrentamento à violência doméstica. Entre os destaques estão

a criação de diretrizes para o atendimento de mulheres com endometriose no Sistema Único de Saúde municipal, a implantação do Programa Vagas Verdes, a proibição do uso de penas e plumas de origem animal, a criação dos Centros de Exames da Mulher e a instituição do Cadastro Único de Violência Doméstica.

FISCALIZAÇÕES

No campo da fiscalização, o Legislativo da capital manteve o andamento de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) instaladas para investigar diferentes temas de interesse público. Entre elas estão as comissões que apuram contratos relacionados à habitação, a atuação de empresas de apostas esportivas e questões ligadas ao serviço funerário da capital. Ao longo do semestre, as CPIs promoveram oitivas, solicitaram documentos e deram continuidade à coleta de informações para subsidiar os trabalhos investigativos.



Foram promulgadas 132 novas leis no município, sendo 126 de autoria de vereadores

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Além da atividade legislativa, a Câmara promoveu audiências públicas para discutir projetos em tramitação e temas de interesse da cidade, como orçamento, mobilidade, saúde, educação e desenvolvimento urbano. As reuniões contaram com a participação de representantes do poder público, entidades da sociedade civil e cidadãos interessados nos assuntos debatidos.

AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS

No período de seis meses, a Câmara Municipal também deu continuidade às ações de modernização e ampliação dos serviços oferecidos ao público. Entre as iniciativas está

a inauguração de um posto de atendimento da Defensoria Pública do Estado nas dependências da Câmara, permitindo que moradores tenham acesso gratuito à orientação jurídica e a outros serviços sem necessidade de deslocamento para outras unidades. A estrutura atende principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade social.

EXPOSIÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS

Outra frente destacada foi a realização de eventos institucionais, exposições, atividades culturais e programas de visitação voltados à aproximação entre o Legislativo e a população. Também foram

promovidas ações educativas na Câmara voltadas para estudantes e iniciativas voltadas à preservação da memória da Câmara Municipal.

Segundo o balanço divulgado pela própria Câmara Municipal de São Paulo, o primeiro semestre foi marcado pelo aumento da produção legislativa em relação aos anos anteriores, pela continuidade das atividades de fiscalização e pela ampliação dos serviços de atendimento ao cidadão. De acordo com a Casa, as medidas buscam fortalecer a atuação institucional, ampliar a participação popular e facilitar o acesso da população aos serviços públicos oferecidos pelo Legislativo.

Gaeco apura suspeita de fraude em licitações de SP

Da Redação

A Prefeitura da cidade de São Paulo foi alvo, nesta terça-feira (7), de uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, com apoio da Polícia Militar, para apurar suspeitas de irregularidades em processos licitatórios da administração municipal.

A AÇÃO DO MP-SP

A ação do Ministério Público cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços ligados a empresas e pessoas investigadas, além de órgãos públicos relacionados aos contratos investigados.

Segundo o Ministério Público do Estado de São Paulo, as investigações apuram indi-

cios de fraude em licitações, possível direcionamento de contratos e a atuação de um grupo que teria beneficiado empresas em procedimentos administrativos. A apuração busca reunir documentos, equipamentos eletrônicos e outros materiais que possam esclarecer a participação dos envolvidos e a dinâmica do suposto esquema. Até o momento, não houve divulgação de pedidos de prisão relacionados à operação.

CONTRATOS FIRMADOS

Os investigadores também analisam contratos firmados pela administração municipal e movimentações financeiras ligadas aos suspeitos. O material apreendido será submetido à perícia e poderá subsidiar novas fases da in-



Gaeco, do Ministério Público de São Paulo, em operação de março de 2026

vestigação. O Ministério Público de São Paulo informou que o procedimento tramita sob sigilo, razão pela qual detalhes sobre os investigados e os contratos específicos ainda

não foram divulgados.

A operação integra uma força-tarefa conduzida pelo Gaeco com apoio da Polícia Militar e faz parte de uma investigação que busca iden-

tificar possíveis crimes contra a administração pública, incluindo fraude em licitações e eventual participação de agentes públicos e particulares. As diligências ocorreram em diferentes endereços da capital e da Grande SP.

O QUE DIZ A PREFEITURA

“A Prefeitura reforça que não compactua com desvios de conduta ou qualquer tipo de irregularidade. O compromisso da administração é com a ética, a transparência e o respeito ao dinheiro público”. A Prefeitura diz, também, que vai continuar colaborando para que as denúncias sejam apuradas com rigor “para evitar práticas que afrontem o interesse público.”

Com informações da Folha de S.Paulo